

CONTRATO CEDAE N.º 094 /2019 (DFI)**Contrato que entre si celebram a COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e a
BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente e Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, doravante denominada **CEDAE** e a **BAUMINAS QUÍMICA N/NE LTDA**, situada na Estrada do Pedregoso, nº 3189, Distrito Industrial, Campo Grande, Rio de Janeiro, CEP:23.013-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.647.365/0006-12, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de seu procurador ao final assinado, Sr. CLAUDINEI MARCOS MARINHO, portador da cédula de identidade M-6.676.700 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 819.769.336-68, residente e domiciliado na Rua Doutor Euclides Vieira, nº 647, apto 63, Parque São Quirino, Campinas/SP, CEP: 13.088-280, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de Sulfato de Alumínio Líquido para a ETA Laranjal, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.427/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 307/2019 (ADPR-30)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE 10.109.000 KG SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA A ETA LARANJAL"**, conforme item 01, do Anexo I ao Edital e proposta inserida às fls. 383 do processo administrativo **E-07/100.427/2018** (volume 002).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 307/2019 – ADPR-30** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903021
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000719.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 8.673.522,00 (oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais)**, conforme tabela abaixo.

ITEM	QUANTIDADE (KG)	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
01	10.109.000	R\$ 0,858	R\$ 8.673.522,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do

contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

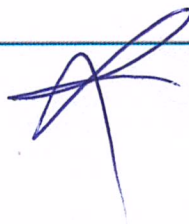
A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 8.673.522,00 (oito milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e dois reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.



PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do Inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;



PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO NONO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A CEDAE se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ nº 280/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

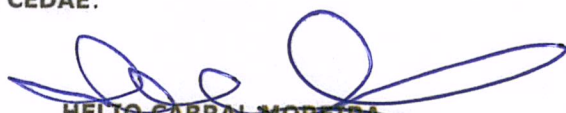
PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 07 de AGOSTO

de 2019.

Pela **CEDAE**:




HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor-Presidente




JOSE BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:



CLAUDINEI MARCOS MARINHO
Procurador

TESTEMUNHAS:



Rayane Ross Pereira
RG 42.220.407-9

Ref. Contr-BAUMINAS-QUIMIA-EQUIPAMENTOS-001-Aluminio-líquido-ETA-LARANJAL-PE-307-2019-VB

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR-Nº 183 DE 31 DE JULHO DE 2019

EXONERA O SERVIDOR QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar MARIA LUIZA DE VASCONCELOS BARROS PINTO, matrícula 1886, do Cargo de Confiança de Assessora de Comunicação, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 31 de julho de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 184 DE 31 DE JULHO DE 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear MARIANA GOMES LEÃO para exercer o Cargo de Confiança de Assessora de Comunicação, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 31 de julho de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

Id: 2197745

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDESPACHOS DO DIRETOR
DE 29/07/2019

PROC. Nº E-12/078/2329/2014 - KARYNA MARQUES DE OLIVEIRA BITENCOURT - Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.751-4 - CONCEDO 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 03/06/2014 a 01/06/2019.

PROC. Nº E-12/078/2329/2014 - EGÍDIO GOMES DA SILVA NETO - Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.754-9 - CONCEDO 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 03/06/2014 a 01/06/2019.

PROC. Nº E-12/078/2771/2014 - ELIANE SECIM DE OLIVEIRA - Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.754-9 - CONCEDO 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 01/07/2012 a 29/06/2017.

PROC. Nº E-04/171/522/2017 - DEIRO O Abono de Permanência do servidor Paulo Eduardo de Castro, Programador de Produção, Documentação e Desenvolvimento de Sistemas, nível B, matrícula nº 292.374-6, com validade a contar de 06/07/2019, tendo como base o art. 40, § 1º, III, a da CF.

DE 30/07/2019

PROC. Nº E-12/078/1682/2014 - MARCIO LOPES GONZALEZ - Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.748-0 - CONCEDO 90 (noventa) dias de Licença Prêmio relativa ao período apurado entre a 03/06/2014 a 01/06/2019.

Id: 2197578

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 29/07/2019

DESIGNA ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ CRUZ, Analista de Qualidade D, como Presidente, JOAO RICARDO CONSTANCIO, Técnico de Laboratório IV, PAULO GOMES DO COUTO, Agente de Sanamento I, como membros titulares e DIANA GUEDES FERREIRA, Técnico de Laboratório III, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contratação II e ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "ACQUISICÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA ETA LARANJAL", de que trata o Processo nº E-07/100.427/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 25.718-00/2019.

Id: 2197522

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 29/07/2019

PROCESSO Nº E-07/100.427/2018 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 307/2019 (ADPR-30), realizado em 02/07/2019.

Id: 2197521

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DA DIRETORA-GERAL

PORTARIA DGA-F Nº 1805 DE 30 DE JULHO DE 2019

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DE BENS A SEREM DEPRECIADOS.

A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir a servidora GILMARA DE JESUS AZEVEDO MARTINS, ID Funcional 5019029-6, pelo servidor ERICO PALMA SOARES DE ARAUJO, ID Funcional 5033372-0, na Comissão de Inventário e Avaliação de bens a serem depreciados, instituída pela Portaria DGA-F nº 1434/2015.

Art. 2º - A atual Comissão de Inventário e Avaliação de bens a serem depreciados que mencionava a ser FÁBIO RIBEIRO DA SILVA, ID Funcional 4402390-1, IZABEL CRISTINA BESSA, ID Funcional 5007693-0 e ERICO PALMA SOARES DE ARAUJO, ID Funcional 5033372-0.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2019

DÉBORA PECANHA GONÇALVES
Diretora Geral de Administração e Finanças

Id: 2197704

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO E DO DIRETOR-PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFAZ/RIOPREVIDÊNCIA Nº 22
DE 31 DE JULHO DE 2019

DEFINE TIPOS PROCESSUAIS UTILIZADOS PELO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - QUE PASSARÃO A SER AUTUADOS E TRAMITADOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI-RJ).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA E O DIRETOR-PRESIDENTE DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso II do Parágrafo Único do art. 148 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989, e tendo em vista o disposto no o disposto no o Processo nº SEI-12/001/001578/2019,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 46.126/2017, que dispõe sobre a produção e tramitação eletrônica de documentos e processos administrativos na Administração Pública Estadual;

- o Decreto nº 46.212/2018, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ) como sistema oficial para a autuação, produção, tramitação e consulta eletrônica de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências; e

- a Resolução SEFAZ nº 12, de 11 de fevereiro de 2019, que define a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ) na autuação e tramitação dos processos administrativos do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA);

RESOLVEM:

Art. 1º - Os tipos de processos administrativos abaixo elencados serão autuados exclusivamente em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI-RJ:

- I - Cessão de Uso de Bens Imóveis;
- II - Cadastro de Veículos;
- III - Gestão de Combustíveis no SIADC;
- IV - Pagamento de Despesas de Serviços Contratados;
- V - Autorização Prévia para Contratação de Seguros;
- VI - Nomear, Exonerar e Designar Servidor em Cargo em Comissão;
- VII - Auxílio Funeral;
- VIII - Solicitação de Contratação de Bens e Serviços;
- IX - Licença Prêmio;
- X - Remoção de Servidor;
- XI - Solicitação de Férias;
- XII - Realização de Pregão Eletrônico;
- XIII - Realização de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preço;
- XIV - Inexigibilidade de Licitação;
- XV - Dispensa de Licitação;
- XVI - Adesão a Ata de Registro de Preço do Poder Executivo Estadual;
- XVII - Adesão a Ata Externa;
- XVIII - Acompanhamento da Execução de Contratos;
- XIX - Aplicação de Penalidades (contração);
- XX - Prestação de Contas das Contratações da Administração Pública Estadual;
- XXI - Descentralização de Crédito Orçamentário;
- XXII - Prestação de Contas da Utilização de Crédito Descentralizado;
- XXIII - Elaboração e Publicação de Nominativos Próprios;
- XXIV - Concessão de Diárias e Traslados a Servidores Públicos Civis e Empregados Públicos;
- XXV - Inclusão de Dependentes no Imposto de Renda;
- XXVI - Massamento Eleitoral;
- XXVII - Promoção e Progressão;
- XXVIII - Concessão de Pensão.

§ 1º - As Comunicações Internas (CI) das unidades do RIOPREVIDÊNCIA passarão a ser elaboradas e tramitadas no SEI-RJ, a partir de 17 de junho de 2019, sendo vedada a geração em meio físico a partir dessa data.

§ 2º - Os ofícios elaborados pelo RIOPREVIDÊNCIA e suas unidades subordinadas poderão ser produzidos no SEI-RJ.

§ 3º - Os processos administrativos previstos nos incisos I a V do art. 1º passarão a ser autuados e tramitados no SEI-RJ, a partir de 17 de junho de 2019, sendo vedada a geração em meio físico a partir dessa data.

§ 4º - Os processos administrativos previstos nos incisos VI a X do art. 1º passarão a ser autuados e tramitados no SEI-RJ, a partir de 24 de junho de 2019, sendo vedada a geração em meio físico a partir dessa data.

§ 5º - Os processos administrativos previstos nos incisos XI a XIX do art. 1º passarão a ser autuados e tramitados no SEI-RJ, a partir de 01 de julho de 2019, sendo vedada a geração em meio físico a partir dessa data.

§ 6º - Os processos administrativos previstos nos incisos XX a XXVII do art. 1º passarão a ser autuados e tramitados no SEI-RJ, a partir de 08 de julho de 2019, sendo vedada a geração em meio físico a partir dessa data.

§ 7º - O processo administrativo previsto no inciso XXVIII do art. 1º passará a ser autuado e tramitado no SEI-RJ, a partir de 15 de julho de 2019, sendo vedada a geração em meio físico a partir dessa data.

Art. 2º - Os processos administrativos listados nos incisos do art. 1º desta Resolução Conjunta, que foram autuados e tramitados em meio físico até a data de publicação para autuação eletrônica, manterão sua tramitação em meio físico até sua conclusão, conforme disposto no artigo 8º do Decreto nº 46.212, de 05 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2019

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de FazendaSERGIO AURELIANO MACHADO DA SILVA
Diretor-Presidente do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2197654

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 58 DE 30 DE JULHO DE 2019

DEFINE A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI-RJ) NA AUTUAÇÃO E TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DOS ÓRGÃOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 46.212, de 05 de janeiro de 2018, e o disposto no Processo nº SEI-12/001/011699/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade da autuação, produção, tramitação e consulta dos processos administrativos através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ), para os tipos processuais definidos através da edição de ato próprio complementar ao presente, para os seguintes órgãos:

I - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEFERJ;

II - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ;

III - Fundação Saúde;

IV - Agência Estadual de Fomento - AgeRio;

V - Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO;

VI - Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ;

VII - Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE.

Parágrafo Único - O ato previsto no caput definirá o tipo processual e a data em que estes não poderão ser autuados em meio físico, salvo as exceções expressas no § 1º do art. 6º, do Decreto 46.212, de 05 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Caso o processo administrativo migrado deva ser tramitado para algum órgão ou entidade do Estado do Rio de Janeiro que ainda não possua acesso ao SEI-RJ como usuário interno, deve-se seguir os seguintes procedimentos:

I - os órgãos e entidades deverão produzir um Ofício, fundamentado na presente Resolução SEFAZ, e anexo contendo repositório de mídia (CD, DVD ou Pen Drive) com a íntegra do processo administrativo no SEI-RJ, extraído do sistema em formato PDF;

II - os órgãos e entidades deverão imprimir o Ofício, anexar a mídia eletrônica e encaminhar à Unidade Protocolizadora do órgão ou entidade de destino;

III - a Unidade Protocolizadora do órgão ou entidade de destino deve receber o Ofício e proceder ao devido encaminhamento interno sem, contudo, autuar processo físico;

IV - a critério da unidade que tramitará o processo, poderá ser disponibilizado acesso de usuário externo no SEI-RJ para visualização do processo encaminhado;

V - após análise, a unidade de destino deve encaminhar resposta ao órgão ou entidade, por meio de ofício impresso, com todos os documentos produzidos durante a análise, referindo-se ao número do processo eletrônico.

Art. 3º - Os processos administrativos gerados em meio físico seguirão todas as regras convencionais para a autuação, produção e tramitação de processos administrativos no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2019

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de Fazenda

Id: 2197633

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS DA SUPERINTENDENTE

DE 31/07/2019

APOSENTA AURELIO DANIEL ALVES, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Funcional nº 1940571-5 e matrícula nº 0.834.505-5, do Quadro Permanente de Fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, Processo nº E-04/008/2911/2016.

APOSENTA MARIA INES ARAUJO CARVALHO, Agente de Fazenda 1ª Categoria, Funcional nº 1954483-9 e matrícula nº 0.183.804-4, do Quadro Permanente da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, Processo nº E-04/005/7552/2017.

APOSENTA JORGE LUZ COSTA RAMOS, Agente de Fazenda 1ª Categoria, Funcional nº 1955054-1 e matrícula nº 0.184.485-1 do Quadro Permanente da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, Processo nº E-04/013/82/2019.

Id: 2197685

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

DE 30/07/2019

PROCESSO Nº E-04/019/047/1996 - PAULO ROBERTO CAMPOS MACHADO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1938958-5 e matrícula nº 0.294.578-0, AUTORIZO, para fins de aposentadoria, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Decreto nº 2479/1979 a contagem em dobro de 03 (três) meses de licença prêmio não usufruída pelo servidor, correspondente ao período de 25/10/1990 a 23/10/1995.

Id: 2197285

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

PROCESSO Nº E-16/002.001.102/2019.

REF: CONCORRÊNCIA ALC Nº 01/2019.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Obras de contenção e drenagem nos Km15,9 e Km19,5 da Rodovia RJ-163, no trecho Capelinha-Visconde de Mauá situada no Município de Resende.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público que, após análise efetuada pela Comissão de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia, referente aos documentos de Habilitação, foram considerados HABILITADOS para continuar participando deste processo licitatório as empresas 01 - GEOMECANICA S/A TECNOLOGIA DE SOLOS E MATERIAIS; 03 - UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA e 05 - SEEL SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA. Quanto as empresas 02 - PROCEC ENGENHARIA S/A descurtiu o disposto nos subitens 9.3.5 e Anexo 18; 04 - MACPORT ESTRUTURAS LTDA descurtiu o disposto no subitem 9.3.4; 06 - VENTO SUL ENGENHARIA LTDA descurtiu o disposto nos subitens 9.3.2, 9.3.4; Anexo 18; Anexo 20; Anexo 22; Anexo 24; Anexo 28; Anexo 29 e 6.6 do edital; 07 - SANERIO ENGENHARIA LTDA descurtiu o disposto nos subitens 9.3.5; 9.3.2; 9.3.4, sendo as mesmas consideradas INABILITADAS. Desta forma fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, o qual se encerra no dia 21 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 16:00 HORAS.

Id: 2200499

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Credenciamento SECCG Nº 21/2019.

ASSINATURA: 08/08/2019.

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA E SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINPOL/RJ.
OBJETO: Aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro, ex-participantes e beneficiários da PREVI-BANERJ, de produtos e serviços descritos no inciso VIII do artigo 4º do Decreto nº 45.563, de 27 de janeiro de 2016.

PRAZO: 08/08/2019 a 08/08/2020.

PROCESSO Nº E-04/131/170/2017.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993, e demais normas pertinentes, em especial o Decreto nº 45.563/16 e suas alterações e a Resolução SECCG nº 19/19.

Id: 2200334

ASSESSORIA DE EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A BD-RIO "EM LIQUIDAÇÃO"
CNPJ: 30.133.060/0001-43

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: CONVÊNIO Nº 07/2019: firmado em 29/07/2019.
PROCESSO Nº 14.001.046/2016, celebrado entre Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A BD-RIO "Em Liquidação".
OBJETO: O presente Convênio é a soma dos esforços dos participantes com o objetivo comum de assegurar a representação judicial pela Procuradoria Geral do Estado nas ações judiciais constantes do anexo, envolvendo o BD-RIO "Em Liquidação".
PRAZO: 60 meses, podendo ser prorrogado pela vontade dos participantes.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980; Decreto Estadual nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007, e demais disposições legais aplicáveis.

Id: 2200538

ASSESSORIA DE EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - DIVERJ "EM LIQUIDAÇÃO"
CNPJ: 30.123.509/0001-92

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL

A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - DIVERJ "EM LIQUIDAÇÃO" comunica aos interessados que será realizado na sala 2D do prédio Anexo ao Palácio Guanabara, Rua Pinheiro Machado, s/nº, 2º andar, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, o pregão presencial sob o número abaixo indicado:

PP nº 001/2019-R2

OBJETO: Locação das Salas Comerciais 601 (matrícula nº 4380-2-L, Ficha 7079), 602 (matrícula nº 4381-2-G, Ficha 7080), 603 (matrícula nº 4382-2-G, Ficha 7081) e 604 (matrícula nº 4383-2-H, Ficha 7082), registradas no Cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, que ficam situadas na Praça Pio X, nº55 - 6º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20004-000, com superfície definida em 635,00m². Proc. nº E-12/088/6/2016.
DATA DE ABERTURA: 27/08/2019, às 14:00 horas.

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br ou solicitado através do e-mail mmcavalho@casaeil.vil.gov.br, sendo condicionada a validade do envio do edital por meio de confirmação de recebimento. Outras informações através dos telefones (21) 2334-3185 / 3162.

Id: 2200482

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 094/2018 (DFI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, na condição de LOCATÁRIA, e o Sr. JOSÉ CARLOS REIS, na condição de LOCADOR.
OBJETO: Prorrogação do prazo de locação.

PRAZO: 60 (sessenta) meses.
VALOR: R\$ 207.241,89 (duzentos e sete mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/08/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.427/2018 (Pregão Eletrônico nº 307/2019).

Id: 2200448

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 051-A/2014 (DF).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, na condição de LOCATÁRIA, e o Sr. JOSÉ CARLOS REIS, na condição de LOCADOR.

OBJETO: Prorrogação do prazo de locação.

PRAZO: 60 (sessenta) meses.
VALOR: R\$ 207.241,89 (duzentos e sete mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/08/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.598/2009 (DL nº 011/2014 - DF -).

Id: 2200167

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 626/2019 - ASL-DF.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA PARA AS ÁREAS OPERACIONAIS DA CEDAE.

DATA DA ETAPA DE LANCES: 28/08/2019 HORÁRIO: 11:00 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2200449

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

*INSTRUMENTO: Contrato nº 019/2019.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a Empresa MBM SEGURADORA S/A.

OBJETO: Prestação de serviço de cobertura securitária (seguro) de vida e acidentes pessoais coletivo, visando assegurar até 75 (setenta e cinco) estagiários contratados pela Secretaria de Estado de Fazenda.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 25/07/2019.

VALOR: R\$ 819,00 (oitocentos e dez e nove reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 20010.04.122.0002.2016

NATUREZA DAS DESPESAS: 330903.9.10

NOTA DE EMPENHO: 2019NE03335

DATA DA ASSINATURA: 24/07/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993

PROCESSO Nº: SEI-04/182/000317/2019

*Omitido no D.O. de 25/07/2019.

**Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 13/08/2019.

Id: 2200444

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2017 - Termo Contratual 037/2019.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a Empresa INGRAM MICRO BRASIL LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento o decréscimo do valor do Contrato nº 025/2017, relativo à subscrição de produtos de software da linha Red Hat Enterprise Linux, JBOS Enterprise Middleware e Contratação de serviços técnicos especializados.

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº E-04/109/21/2017

Id: 2200467

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

OS CONTRIBUINTES, abaixo, ficam cientificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração.

Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 156/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI

Rodovia Presidente Dutra, Km 324, CEP 27580-000 Itaitiaia - RJ

CAMILLE ANHAIA GEREIMA TRANSPORTES E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ 29.071.062/0001-76 - Processo nº E-04/211/008149/2019

Auto de Infração nº 03.591337-2, de 11/04/2019

Valor reclamado: R\$ 7.029,58.

CPS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA - EIRELI

CNPJ 24.762.179/0001-82 - Processo nº E-04/211/008657/2019

Auto de Infração nº 03.590270-9, de 18/04/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

CPS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA - EIRELI

CNPJ 24.762.179/0001-82 - Processo nº E-04/211/009711/2019

Auto de Infração nº 03.593372-0, de 01/05/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

CPS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA - EIRELI

CNPJ 24.762.179/0001-82 - Processo nº E-04/211/009710/2019

Auto de Infração nº 03.593371-2, de 01/05/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

CPS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA - EIRELI

CNPJ 24.762.179/0001-82 - Processo nº E-04/211/009709/2019

Auto de Infração nº 03.593370-4, de 01/05/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA

CNPJ 10.870.837/0002-85 - Processo nº E-04/211/008731/2019

Auto de Infração nº 03.591660-0, de 19/04/2019

Valor reclamado: R\$ 3.150,38.

FERNANDA MELO SILVA TRANSPORTES

CNPJ 23.416.516/0001-17 - Processo nº E-04/211/008396/2019

Auto de Infração nº 03.598420-4, de 15/04/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

FUTURCOM COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA

CNPJ 12.472.202/0001-15 - Processo nº E-04/211/013608/2019

Auto de Infração nº 03.596444-4, de 27/06/2019

Valor reclamado: R\$ 14.612,80.

G. KLANN & CIA LTDA +

CNPJ 8.672.163/0001-22 - Processo nº E-04/211/013537/2019

Auto de Infração nº 03.597051-6, de 28/08/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

J. SOUZA CRUZ BRINQUEDOS

CNPJ 24.814.270/0001-76 - Processo nº E-04/211/012776/2019

Auto de Infração nº 03.596132-5, de 14/08/2019

Valor reclamado: R\$ 5.739,50.

NUTRISAUDE INDUSTRIA E COMERCIO DE FRUTAS LTDA

CNPJ 7.629.458/0001-53 - Processo nº E-04/211/010013/2019

Auto de Infração nº 03.591284-9, de 03/05/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

PRIME EXPRESS LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA

CNPJ 10.642.864/0004-04 - Processo nº E-04/211/010116/2019

Auto de Infração nº 03.590639-5, de 04/05/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

RMB TRANSPORTES LTDA

CNPJ 32.254.127/0001-23 - Processo nº E-04/211/012529/2019

Auto de Infração nº 03.595995-2, de 11/06/2019

Valor reclamado: R\$ 8.777,13.

TRANS RIO SERVICOS DE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA

CNPJ 19.882.217/0002-81 - Processo nº E-04/211/011440/2019

Auto de Infração nº 03.597380-9, de 09/07/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

TRANSPORTES ROSARIO & FILHO LTDA

CNPJ 7.405.403/0001-80 - Processo nº E-04/211/008925/2019

Auto de Infração nº 03.592647-6, de 23/04/2019

Valor reclamado: R\$ 2.379,48.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO

Funcionando Em Local Provisório

ADAO DOMINGO FILHO EIRELI

CNPJ 31.301.428/0001-06 - Processo nº E-04/211/012841/2019

Auto de Infração nº 03.595833-9, de 16/06/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

AP FRIGORIFICO LTDA

CNPJ 11.437.997/0001-68 - Processo nº E-04/211/006369/2019

Auto de Infração nº 03.587180-5, de 20/03/2019

Valor reclamado: R\$ 7.909,66.

CASTELGRAN GRANITOS LTDA

CNPJ 10.673.850/0001-04 - Processo nº E-04/211/012202/2019

Auto de Infração nº 03.595575-6, de 04/06/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

H P CAMPOS GESSO EIRELI

CNPJ 14.526.500/0001-32 - Processo nº E-04/211/012937/2019

Auto de Infração nº 03.595625-9, de 18/06/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

MILTON RANGEL NETO

CPF 151.395.807-05 - Processo nº E-04/211/008073/2019

Auto de Infração nº 03.590952-2, de 10/04/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

NELSON SANT ANA

CPF 812.788.518-15 - Processo nº E-04/211/013499/2019

Auto de Infração nº 03.592005-8, de 26/08/2019

Valor reclamado: R\$ 7.965,46.

RAPHAEL LEITE RIZO

CPF 134.097.827-02 - Processo nº E-04/211/014265/2019

Auto de Infração nº 03.597288-4, de 08/07/2019

Valor reclamado: R\$ 6.114,98.

RAVIGA COMERCIO DISTRIBUIDOR DE BEBIDAS LTDA

CNPJ 30.758.450/0001-49 - Processo nº E-04/211/010957/2019

Auto de Infração nº 03.590968-8, de 29/04/2019

Valor reclamado: R\$ 5.778,58.

SANDRA REGINA NUNES FARIA

CPF 123.544.208-03 - Processo nº E-04/211/013360/2019

Auto de Infração nº 03.596385-9, de 25/06/2019

Valor reclamado: R\$ 6.395,76.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN

Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod Br 040 Km 6,5) Comendador Levi

Gasparian, RJ CEP 25870-000

EMPRESA DE TRANSPORTES ATLAS LTDA.

CNPJ 60.664.828/0068-83 - Processo nº E-04/211/008473/2019

Auto de Infração nº 03.592316-8, de 16/04/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

ESMARTATE CARGO EIRELI

CNPJ 4.130.586/0001-60 - Processo nº E-04/211/014134/2019

Auto de Infração nº 03.597169-6, de 05/07/2019

Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

FC TRANSPORTES E SERVICOS LTDA